

**O PAPEL DO LÉXICO EM UMA TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS\***  
(The Lexicon within a Thematic Role Theory)

Márcia CANÇADO

(Universidade Federal de Minas Gerais)\*\*

*ABSTRACT: This paper presents some hypotheses about the lexicon. As those hypotheses are included in a specific thematic role theory, I briefly outline some of the main points of this theory, which can be inserted in the field of lexical semantics (it is based on lexical items and their composition). I conclude with some arguments in favor of the inclusion of this model in a grammatical theory, using for that some empirical evidence from Brazilian Portuguese.*

*KEY-WORDS: Lexical Semantics; Thematic Role Theory; Compositional Analysis; Grammatical Theory.*

*RESUMO: Este artigo apresenta algumas hipóteses a respeito do léxico. Como essas propostas estão inseridas em um modelo específico de papéis temáticos, apresentarei, também, brevemente, essa teoria que pode ser classificada como sendo semântico-lexical, pois é uma abordagem baseada exclusivamente nos itens lexicais e na composição destes. Concluirei com uma argumentação em favor da inclusão desse modelo em uma teoria gramatical, usando para isso alguns dados do português brasileiro.*

*PALAVRAS-CHAVE: Semântica Lexical; Teoria dos Papéis Temáticos; Análise Composicional; Teoria Gramatical.*

---

\* Este trabalho foi primeiramente apresentado em uma mesa redonda sobre o léxico no GT de Teoria da Gramática da ANPOLL, no encontro anual de dezembro de 1999, USP, São Paulo.

\*\* Agradeço o apoio financeiro da FAPEMIG e do CNPq.

## **Introdução**

Este artigo apresenta algumas novas hipóteses a respeito do léxico, embora a discussão não se atenha exclusivamente a este, pois as propostas lexicais que serão apresentadas só fazem sentido se inseridas em um modelo específico: uma teoria de papéis temáticos. Portanto, será introduzida, brevemente, uma teoria de papéis temáticos que pode ser classificada como semântico-lexical, pois é uma abordagem baseada exclusivamente nos itens lexicais e na composição destes. Serão mostradas, também, as vantagens de se usar uma teoria de papéis temáticos como parte de uma teoria gramatical, utilizando-se para tal, dados do português brasileiro.

Grande parte do conteúdo deste artigo é baseada no trabalho em conjunto com Carlos Franchi. A primeira versão da teoria de papéis temáticos que será apresentada apareceu em Cañado (1995a). Nesse trabalho, baseei-me em alguns manuscritos de Carlos Franchi, desenvolvimento de sua tese de doutorado (Franchi, 1975). A pesquisa sobre esse tema vem tendo continuidade (Cañado e Franchi, 1999), e esperamos, já com vários manuscritos prontos, apresentar uma versão mais recente desses estudos em um livro (Franchi e Cañado, em prep.).

## **1. Um Modelo de Semântica Representacional: Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos**

### *1.1. Pressupostos da Teoria*

Os pressupostos gerais dessa proposta são:

– Assume-se, com Jackendoff (1983, 1987a e b, 1990), Chierchia (1984, 1989), de certo modo Dowty (1989, 1991), e outros, que o sentido das orações é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical; assim como a sintaxe constitui um outro componente (Jackendoff, 1990 e Culicover, 1988).

– Autonomia, aqui, significa que a teoria é elaborada, em cada um desses componentes, com primitivos (categorias, relações e funções<sup>1</sup>) e operações próprios, e que a teoria se formula em um sistema independente de princípios teóricos.

– Adota-se um princípio de projeção (Marantz, 1984) da representação semântica sobre a representação sintática e regras de correspondência (a hierarquia temática<sup>2</sup>) entre essas duas representações (Jackendoff, 1990). Espera-se explicar generalizações descritivas feitas, em propostas anteriores, sobre a sintaxe e o léxico.

– Portanto, além de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade (ou como uma semântica de situações, como em Barwise e Perry (1983)), faz sentido se falar em uma semântica representacional, ou seja, uma semântica que lida com a estruturação das representações mentais das noções predicativas de agente, paciente, etc. (Franchi, 1975 e Chierchia & Ginet, 1990).

– E, finalmente, assume-se a noção de predicação<sup>3</sup> semântica de Franchi (1998): “a Predicação (semântica) é, pois, uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou, composicionalmente, entre expressões complexas (ou seja, determinada exclusivamente por propriedades semânticas dos itens lexicais e pela composição desses itens), correlata das operações construtivas que as combinam na derivação sintática. Um modo natural de expressar as conseqüências de sentido associadas ao argumento pela predicação é fazê-las corresponder aos papéis

---

<sup>1</sup> Essas noções são usadas no sentido de Franchi (1975). Por *categorias* entenda-se propriedades ou conjuntos estruturados de propriedades que servem à delimitação, em um dado universo, das classes a que pertencem seus elementos (um princípio de classificação). Nesse sentido, são categorias semânticas noções como as de evento, ação, estado, objeto, etc. Por *relações* entendemos os liames de dependência que se estabelecem entre objetos do sistema e que caracterizam um pelo outro. Finalmente, as *funções* são os papéis específicos que os objetos desempenham na estrutura determinada por uma relação, pelo modo de relacionar-se com o outro. Assim, são funcionais noções como predicado e argumento, ou papéis temáticos.

<sup>2</sup> A Hierarquia Temática é um princípio que nos possibilita ordenar a estruturação sintática das sentenças em função das relações semânticas, ou seja, dada uma certa estruturação de um evento em termos de papéis temáticos, esse princípio diz “qual papel temático vai para qual posição sintática”.

<sup>3</sup> Daqui para frente, toda vez que se falar em predicação, estou me referindo à predicação semântica proposta por Franchi (1998).

dos argumentos determinados por essa relação, os chamados papéis temáticos.”

### *1.2. Eventos e Representações*

Há um consenso geral de que os papéis temáticos, ou casos de agente, paciente, tema, etc., como foram concebidos inicialmente por Fillmore (1968), hoje exercem um papel puramente descritivo. Isso se deve às definições muito informais e vagas para um tratamento teórico. Essas definições correspondem a caracterizações intuitivas e, certamente, divergentes quanto a suas classificações. Na prática, essas noções ainda são utilizadas por várias teorias lingüísticas, embora com abordagens teóricas divergentes e distinto estatuto teórico.

Chomsky (1981, 1986) e alguns outros gerativistas como Stowell (1981), Baker (1988), abordaram a questão dos papéis temáticos dentro do modelo de uma teoria modular de princípios e parâmetros (*Government and Binding Theory* – GB). Utilizam-se desses papéis apenas sob uma perspectiva diacrítica, isto é, o conteúdo semântico dos papéis temáticos particulares não tem relevância gramatical, o que interessa é a existência ou não desses papéis que serão percebidos como meros índices da estrutura argumental, de natureza sintática. Portanto, termos como agente, tema, etc. reduzem-se a termos descritivos de referência, sem qualquer estatuto na teoria; quando muito, servem como propriedades, primitivas ou derivadas, na descrição lexical. É o caso, por exemplo, de Belletti & Rizzi (1988). Para eles, os papéis temáticos contribuem para determinar a representação sintática inicial (estrutura profunda ou estrutura-P) através de um sistema de mapeamento de princípios, projetando estruturas-theta em estruturas sintáticas e, a partir desse ponto, a referência a tais entidades é excluída da gramática formal. Apenas é importante o formalismo theta vs. theta-barrado, isto é, presença ou ausência de papel temático. Podemos ainda citar outros importantes estudos lexicais como os trabalhos de Marantz (1984) e Di Sciullo & Williams (1987), que, mediante símbolos auxiliares e diacríticos, distinguem argumentos externos de argumentos internos.

Assume-se, ao contrário, com Jackendoff e outros, que os papéis temáticos possuem estatuto teórico em uma semântica representacio-

nal, em que o sentido é estruturado. Dowty (1989), embora em outro quadro teórico, afirma:

“Deixem-me esclarecer o que quero dizer com *conteúdo semântico dos papéis temáticos*: quando eu digo que um sistema de papéis temáticos distingue um argumento de outro semanticamente, quero significar que eles permitem distinguir objetos (do mundo real, não lingüísticos), uns de outros, em virtude das propriedades que possuem enquanto participantes de um evento”,

normalmente expresso pelo verbo. Essas propriedades podem ser identificadas em situações reais (“in the real word”), até certo ponto independentes da linguagem ou das representações semânticas.

Nesse sentido, o termo “semântica” envolve necessariamente uma relação entre a linguagem e as situações ou eventos que ela descreve. Para Jackendoff a ênfase se coloca nas representações: existem um “mundo real” – o mundo dos eventos e das coisas, que tem apenas um papel indireto na linguagem – e um “mundo projetado” – a representação conceitual/mental –, este diretamente ligado à linguagem e relevante para os estudos lingüísticos. Somente a esse mundo projetado, inconscientemente organizado pela mente, é que temos acesso direto: só podemos falar das coisas na medida em que elas adquirem representação mental através desses processos de organização. Nesse sentido, o autor radicaliza a abrangência da “Grammatical Constraint<sup>4</sup>”, não aceitando uma representação de interface entre a sintaxe e a semântica (a Forma Lógica da Gramática Gerativa), bem como abandona noções de referência e de valores de verdade de uma semântica extensional<sup>5</sup>.

A teoria apresentada, também, envolve a organização dessas representações mentais e a investigação das relações formais entre esse nível

<sup>4</sup> A “Grammatical Constraint” é um princípio metodológico, imposto por Jackendoff (1983), que diz que a representação semântica deve aproximar-se o quanto possível da projeção sintática, de modo a possibilitar o estabelecimento de regras de correspondência entre elas mediante mecanismos restritos e econômicos.

<sup>5</sup> Jackendoff segue a tradição mentalista da Gramática Gerativa, e afirma que a semântica das línguas naturais deve fundar-se na psicologia cognitiva. Nesse quadro, por exemplo, responde à questão ligada a sua concepção de mundo projetado: como sabemos que estamos falando das mesmas coisas? O que garante a possibilidade de “comunicação” é que todos somos seres humanos, com estruturas mentais similares, de modo que nossas projeções, em grande escala, são razoavelmente compatíveis. Sempre sabemos se estamos falando das mesmas coisas, desde que estejamos vigilantes para detectar mal-entendidos.

e o nível sintático em que o conteúdo semântico se explicita. Entretanto, seguindo a linha de Franchi (1975), em uma perspectiva mais antropológica e sócio-histórica, essas noções são concebidas de um modo diferente.

Para esse autor, uma parte importante do processo pelos quais os falantes identificam aquilo a que se refere uma expressão linguística é o de interpretá-la em um “sistema de referências” conceitual que o representa simbolicamente – em uma representação predicativo-descritiva constituída pelas propriedades semânticas dos itens lexicais (nomes, adjetivos, verbos e relatores – a maioria das preposições e conjunções) – o sentido lexical –, e pelo resultado da composição desses elementos em estruturas sintáticas bem determinadas – o sentido gramatical. Esse nível das representações estabelece os “modos de significação” que permitem falar do “mundo” e é nesse sentido que, além de uma semântica estritamente referencial-extensionsal, pode-se pensar em uma semântica do sentido, destinada a descrever e a explicar o sistema de categorias, relações e funções semânticas que permitem passar de uma expressão linguística a sua referência. A linguagem, segundo Franchi (1977):

“é um trabalho construtivo– uma atividade simbólica histórica e coletiva e, pois, cultural – pela qual se constituem não somente os sistemas linguísticos, mas ainda o sistema de referência em que as expressões das línguas naturais se interpretam. Em outros termos, a linguagem constrói a base predicativo-descritiva da referenciação. Ela não é o espelho do “mundo” em uma semântica inocente. Nem “constitui” a realidade. A linguagem é determinada, por um lado, pelos modos de operar simbolicamente sobre o “mundo” e, por outro lado, pelos modos de operar concretamente sobre o “mundo”: representações e experiências concretas se “estruturam”, pois, dialeticamente”<sup>6</sup>.

Embora se esteja assumindo a mediação de uma representação conceitual entre as expressões e os eventos e objetos a que se referem, a própria linguagem se estende além do componente conceitual-predicativo, através de mecanismos dêiticos (para incluir vários tipos de categorias funcionais como a dos determinantes e do tempo), quantitacionais (como a quantificação nominal, a intensificação

---

<sup>6</sup> Esse ponto de vista não é incompatível com uma teoria que assuma princípios universais, nem exclui que tais princípios sejam genéticos.

adjetival e o aspecto verbal) e modais, que associam as representações conceituais e predicativas a determinados estados de fato. Não se exclui, pois, a relevância lingüística de uma semântica referencial e da forma lógica da linguagem<sup>7</sup>.

O que é importante ressaltar aqui é que a estruturação conceitual dos eventos (da “realidade”) e a estruturação lingüística de sua representação interagem de uma maneira complexa. Projetada sobre a estrutura sintática, dependendo de condições restritivas do léxico, morfologia e sintaxe, a representação conceitual adquire uma face lingüística: essa face reflete, por um lado, modos específicos de estruturação da realidade, enquanto seqüências de eventos espaço-temporalmente ordenadas e está, por outro, sujeita a limites da gramática das línguas naturais.

Assume-se, assim, uma certa estruturação dos eventos como base da noção lingüística de papéis temáticos; essa noção, entretanto, se reserva para definir os papéis que se determinam pela relação semântica entre predicadores e argumentos, no plano da linguagem. Embora a distinção entre papéis do evento e papéis como noções lingüísticas pareça relevante para compreender aspectos da interpretação de certas orações, não será trabalhado aqui esse ponto, sendo colocada a atenção somente sobre a noção lingüística de papéis temáticos<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo Franchi, existe ainda um terceiro componente que seria uma semântica instrucional que diz respeito ao modo de organização do discurso do ponto de vista temático-informacional e argumentativo.

<sup>8</sup> Ilari e Franchi (1994) mostram que além dos papéis temáticos, necessariamente acarretados pelo predicador, podemos ter papéis que estão somente no evento. Vejamos o exemplo abaixo:

- (i) O cabeleireiro cortou o cabelo de Carlos.

O item lexical *cortar*, na sentença acima, é compatível com um traço de controle por parte de Carlos, e, portanto, podemos ter:

- (ii) Carlos cortou o cabelo com o cabeleireiro.

Mas observem que, apesar de a sentença ser perfeitamente gramatical e interpretável, o que sabemos sobre Sansão e Dalila não está de acordo com a sentença em (iiib):

- (iii) a. Dalila cortou o cabelo de Sansão.  
b. Sansão cortou o cabelo com Dalila.

Parece claro, então, como podemos distinguir papéis, enquanto participantes de um evento (Barwise e Perry, 1983; Chierchia, 1989), e papéis temáticos, enquanto propriedades dos itens lexicais.

### 1.3. Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos

As relações temáticas, geralmente, se estabelecem entre um verbo e seus argumentos. Por exemplo:

- (1) Paulo quebrou o vaso com um martelo.

Em (1), o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *Paulo* e de paciente a *vaso*. Há autores, como Anderson (1979), Cinque (1980), Torrego (1984) e Giorgi e Longobardi (1991), que estendem essa noção aos sintagmas nominais. Ainda Higginbotham (1985) estende a noção de papel temático aos adjetivos. Diferentemente, Franchi (1998) assume que as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo aí as preposições), mas também entre expressões complexas. Aqui, se assume, juntamente com Franchi, que, entre quaisquer categorias lexicais e mesmo entre expressões complexas, que serão chamadas de predicadores, estabelecem-se relações predicativas, que serão chamadas de relações temáticas<sup>9</sup>. Por exemplo, em (1), o predicador complexo *quebrar o vaso com um martelo* atribui o papel de agente a *Paulo*; somente a partir da composição de *quebrar com um martelo*, pode-se necessariamente atribuir agentividade a Paulo.

Reformulando a definição de Franchi (1975), uma relação semântica qualquer entre um predicador, seja ele um item lexical ou uma expressão complexa, e seu argumento, ambos se caracterizam pelo papel determinado por essa relação, onde ao papel do predicador chamaremos de “diátese” e ao papel do argumento chamaremos de “papel temático”. Como em Franchi (1975), essa relação representa-se formalmente por um meta-predicado:

- (2)  $(\theta_1 p) a$

<sup>9</sup> Sobre uma noção mais detalhada de predicação semântica, ver Franchi (1998).

Onde, o predicador “p” (uma categoria lexical ou uma expressão complexa) toma “a” como argumento em uma relação específica “ $\theta_1$ ”, que determina os papéis de seus termos: “F( $\theta_1$ )” o papel do predicador, ou seja, a diátese; e “F’( $\theta_1$ )” o papel temático do argumento. Ao contrário do papel temático atribuído singularmente a um argumento, a diátese de um predicador pode construir-se em um esquema relacional complexo em que entram vários argumentos. A diátese de um predicador dependerá:

a) do número de argumentos que toma, que distingue, por exemplo, *matar* (cuja rede temática inclui um agente e um paciente) de *morrer* (que inclui um paciente):

(3) Maria matou o gato. vs. O gato morreu.

b) da qualidade dos papéis temáticos associados a seus argumentos; assim, *matar* e *temer* possuem o mesmo número de argumentos, mas se distinguem porque a rede temática de *temer* atribui a seus argumentos os papéis de experienciador e objetivo:

(4) Maria matou o gato. vs. Maria não temia o gato.

c) da orientação da relação estabelecida entre os argumentos pela mediação do predicador; *vender* e *comprar*, por exemplo, possuem o mesmo número de argumentos com a mesma qualidade temática (agente-fonte, agente-alvo ou destinatário, objeto estativo, valor), mas estabelecem diferentes perspectivas, uma tomando como ponto de partida a iniciativa do vendedor, outra, a iniciativa do comprador:

(5) a. Paulo vendeu o livro a Mário por dez reais. vs.  
b. Mário comprou o livro de Paulo por dez reais.

A definição estabelecida acima para os papéis temáticos encontra-se em um nível bastante abstrato, deixando ainda em aberto uma questão empírica: dado um certo predicador, como determinar o conteúdo semântico específico das relações estabelecidas entre esse predicador e seus argumentos?

#### *1.4. O Conteúdo Semântico dos Papéis temáticos*

No item anterior, assume-se que entre quaisquer predicadores e seus argumentos estabelecem-se relações predicativas, que são chamadas de relações temáticas. Às funções determinadas por essas relações sobre os termos, dá-se o nome de “diátese” e “papéis temáticos”. Os papéis temáticos assim caracterizados têm, portanto, um caráter derivado e não são noções primitivas da teoria. Termos como “agente”, “paciente”, etc., dentro dessa perspectiva teórica, são meramente descritivos. Entretanto, se convenientemente bem caracterizados, podem ser utilizados, como um expediente prático, para distinguir argumentos em uma estrutura semântica. Pode-se fazer um paralelo desse uso com o que se faz na sintaxe para se designar noções estruturais, como as noções de “sujeito” e “objeto”.<sup>10</sup> Contudo, os papéis temáticos, assim definidos, ainda se situam em um nível de abstração que dificulta responder à questão sobre o conteúdo semântico dessas relações. Para essa resposta, será usado o trabalho de Dowty (1989).

Dowty (1989), informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos define-se a partir da família de acarretamentos<sup>11</sup> partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Reformulando essa proposta parcialmente, Franchi (1998) fala de argumentos de “expressões predicadoras” e não de verbos. Primeiro, para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição); segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas. Prosseguindo a definição de Dowty, agora reformulada para predicadores, define-se primeiramente, um papel temático individual como sendo o conjunto de todas as propriedades que se pode atribuir ao indivíduo através dos possíveis acarretamentos das expressões predicadoras. No exemplo:

---

<sup>10</sup> Outros autores como Foley e Van Valin (1984), Jackendoff (1983, 1990), Dowty (1989, 1991) já caracterizavam assim os papéis temáticos, a partir de categorias e relações primitivas.

<sup>11</sup> A noção de acarretamentos é dada por: se A é verdade, B é necessariamente verdade (Chierchia e McConnel-Ginet, 1990).

(6) João beijou Maria.

Podemos nos referir ao papel temático individual como sendo o conjunto de acarretamentos possíveis atribuídos a *João* pela expressão predicadora *beijar Maria*. Portanto, se é verdade que João beijou Maria, é verdade que:

- (7) a. João tem controle sobre a ação de beijar;
- b. João agiu, de um certo modo, intencionalmente;
- c. João desencadeou a ação de beijar;
- d. João tem boca;
- e. João tocou Maria; etc...

Em termos formais, temos:

(8) Papel Temático Individual

Na descrição de um evento, seja um predicado  $\delta$  de  $n$ -posições argumentais  $\phi$ , e um argumento  $x_i$  desse predicador referindo-se ao indivíduo participante do evento: um “papel temático individual”  $\langle \delta, i \rangle$  é determinado pelo conjunto de todas as propriedades  $\alpha$  que se podem atribuir ao indivíduo  $\tau$  tais que se efetiva o acarretamento  $\square [ \delta(x_1, \dots, x_i, \dots, x_n) \rightarrow \alpha(x_i) ]$

Em um segundo passo, define-se um papel temático-tipo como sendo uma interseção entre os acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais de argumentos de diferentes predicadores. Assim, em um grupo de verbos, como (9):

(9) João beijou, assassinou, empurrou, atirou...

temos a interseção dos acarretamentos comuns atribuídos ao argumento *João* como sendo o papel temático-tipo. Ou seja, o papel temático-tipo é o conjunto de acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais do argumento *João* dos diferentes predicadores; por exemplo, *ter controle, desencadear um processo, ter iniciativa, etc.* A esse grupo de acarretamentos, ou o papel temático-tipo do argumento

externo de (9), podemos rotular de “agente”, mas sempre tendo em mente que termos como “agente”, “paciente”, “experenciador” e outros similares referem-se a certos papéis temáticos prototípicos, mais freqüentemente associados a um grande número de predicadores. Formalmente, temos:

(10) Papel Temático-Tipo

Seja um conjunto  $T$  de pares  $\langle \delta, i_\delta \rangle$  em que  $\delta$  é um predicador de  $n$ -posições argumentais e  $i_\delta$  o índice de um de seus argumentos (possivelmente um diferente  $i$  para cada predicador): – um papel temático-tipo  $\tau$  é a intersecção de todos os papéis temáticos individuais determinados por  $T$ .

Mas como observa Dowty, (10) define um papel temático-tipo como a intersecção de *qualquer* conjunto de papéis temáticos individuais. Isso ainda deixa em aberto um problema: os propósitos teóricos a que visamos pressupõem um sistema de papéis temáticos específicos, ou seja, a caracterização empírica do sistema de papéis temático-tipo do português brasileiro, relevante para uma teoria gramatical. Temos, pois, que definir esse sistema de papéis temáticos-tipo; na verdade, temos que definir os acarretamentos que determinam certas propriedades semânticas dos argumentos, e que são relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais. Como essa parte empírica não tem relação direta com o objetivo deste artigo, remeto o leitor interessado a Franchi e Cançado (em prep.).

Vale ainda abrir um parênteses para se mostrar a vantagem de assim se caracterizar os papéis temáticos. A definição proposta permite caracterizá-los de uma maneira mais flexível. É conhecido que uma das dificuldades para se caracterizar esses papéis de modo inequívoco está no fato de que os critérios usados nas definições nem sempre permitem distinguir argumentos de modo inteiramente exclusivo. Isto é, propriedades associadas ao agente, como a iniciativa, o controle e a intencionalidade, são reconhecidas em beneficiários e comitativos; a mudança ou afetação do objeto em determinados processos, que se gostaria de tomar como critério para a caracterização do paciente, atribui-se em muitos casos ao agente; agentes, pacientes, beneficiários comportam-se, se colocado o foco sobre o movimento envolvido em deter-

minadas ações, como fonte, tema e meta; e assim por diante. Considerem as orações abaixo, comuns na linguagem coloquial:

- (11) a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.  
 b. A mãe casou a filha bem.  
 c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Nas análises correntes, teríamos problemas para atribuir os papéis temáticos do objeto das sentenças em (11), porque *garoto/filha/filhos* seria um agente, no sentido em que eles, de certo modo, controlam a ação; entretanto, também, seriam classificados como pacientes no sentido em que são afetados pela ação do *professor/mãe/pai*. E, ainda, *professor/mãe/pai* também seriam classificados como agente. A atribuição de dois papéis temáticos a um único argumento e de um único papel temático a dois argumentos de uma mesma sentença contraria o conhecido critério theta<sup>12</sup>, que é um critério aceito por várias correntes linguísticas. Entretanto, se pensamos em um grupo de propriedades atribuídas ao argumento pelos acarretamentos da relação predicador/argumento, como sendo o papel temático desse dado argumento, não teremos nenhum problema para classificar os papéis temáticos em (9). Ao *professor/mãe/pai* pode-se atribuir o seguinte papel temático: têm controle sobre a ação, desencadeiam um processo, etc., que descritivamente pode ser chamado de agente prototípico. Ao *garoto/filha/filhos* seria atribuído o seguinte papel temático: ter controle sobre o processo, desencadeiam um processo, são afetados por uma ação, etc., que descritivamente podemos chamar de agente/afetado ou paciente/agentivo.

---

<sup>12</sup> O Critério-Theta é mantido, dentro da proposta de Dowty (1989), pelas seguintes restrições:

(i) **Completude**

Todo papel temático individual contém algum Papel Temático-Tipo, ou seja, a toda posição argumental de qualquer predicador é atribuído um único Papel Temático-Tipo.

(ii) **Distinção**

Toda posição argumental de um predicador é distinguida de qualquer outra posição argumental do mesmo predicador pelo Papel Temático-Tipo que lhes é atribuída.

Casos como estes têm desencorajado a incorporação dos papéis temáticos em uma teoria explícita da gramática (ou de princípios como o da hierarquia temática). Entretanto, não há nada de estranho nesses fatos, quando se pensa que os papéis temáticos se caracterizam justamente por essas variadas interseções possíveis (agente/paciente, agente/fonte, agente-destinatário). E é justamente o caráter mais flexível e aberto do conceito de papéis temáticos adotado que facilita a estratégia de atribuir um estatuto teórico não a papéis temáticos assim definidos, mas a certos acarretamentos cruciais para a gramática de uma dada língua.

## **2. O Papel do Léxico na Teoria**

Recapitulando o apresentado, assume-se uma teoria gramatical em que o sentido é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático: é a chamada semântica representacional. Portanto, além de um módulo sintático, incluindo aí a forma lógica, assume-se também uma semântica do sentido, em que se estabelecem relações predicativas (relações temáticas) que se relacionam com o mundo através de uma semântica referencial.

Nesse módulo semântico é estabelecida uma estrutura conceitual. Encontram-se nessa estrutura as noções semânticas de papel temático e diátese dos predicadores. Essas noções não são primitivas, mas são funções derivadas das relações predicativas estabelecidas entre predicadores (itens lexicais ou expressões complexas), assumindo-se a noção de predicação semântica de Franchi (1998). Ainda essas relações semânticas se encontram em um nível abstrato, não podendo se especificar seu conteúdo semântico. Para isso, usamos a definição reformulada de Dowty (1989) em que o papel temático é um grupo de acarretamentos partilhados por argumentos determinados de certos predicadores. Portanto, noções como agente e paciente são simples rótulos para certos grupos de acarretamentos mais prototípicos da língua.

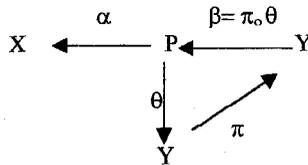
Nesse ponto, temos que voltar um pouco para esclarecer como se dá a passagem da estrutura ainda do evento (incluindo aí as noções de estados, processos e ações) para a expressão lingüística. Essa relação

não é um-a-um. Observemos que se pode construir diferentes expressões sintáticas, ou descrições, de um mesmo evento. Em primeiro lugar, a escolha de uma representação sintática depende da escolha do falante por uma determinada perspectiva ou ponto de vista. Um mesmo evento como, por exemplo, o descrito na nota 8:

- (12) O cabeleireiro cortou o cabelo de Paulo com muito capricho, pode ter diferentes perspectivas:
- (13) a. O cabelo de Paulo foi cortado pelo cabeleireiro com muito capricho;  
 b. Paulo cortou o cabelo no cabeleireiro com muito capricho;  
 c. Foi muito caprichoso o corte de cabelo do Paulo pelo cabeleireiro;  
 d. O cabelo de Paulo, o cabeleireiro cortou com muito capricho;

E assim por diante. Podemos representar aproximadamente a estrutura do evento expresso em orações como as de (13), em um grafo relacional, como o proposto por Franchi (1998):

(14)



Onde “ $\alpha$ ” designa a multi-relação que expressa o predicado complexo [*cortou o cabelo de Paulo*] a seu agente *o cabeleireiro*; “ $\theta$ ” a multi-relação entre o predicado *cortar* e seu paciente *o cabelo*;  $\pi$  a multi-relação entre o objeto *cabelo* e seu possuidor *Paulo*; e  $\beta$  a multi-relação entre o predicado complexo [*cortar o cabelo*] e seu benefactivo *Paulo*, que corresponde à composição das relações “ $\pi$ ” e “ $\theta$ ”.

A estrutura semântica em (14) é uma estrutura pluridimensional, que apresenta uma composição transitiva de relações, impossível de instanciar-se na linearidade da oração. Portanto, a representação sintática dependerá:

A. – da instauração de uma perspectiva discursiva (um “ponto de vista”) sobre o evento (os exemplos em (13));

B. – de uma hierarquia temática que organiza os argumentos em uma estrutura sintática. Suponhamos que o agente (*o cabeleireiro*) seja, do ponto de vista discursivo, irrelevante. A promoção à posição de sujeito depende agora da hierarquia temática que especifica que o beneficiário (quando este possui traços de agentividade como o controle ou iniciativa) é proeminente sobre os demais papéis. E assim temos (13b): *Paulo cortou o cabelo com o cabeleireiro*.

C. – dos recursos lexicais e morfológicos disponíveis no acervo atual de uma língua dada. Ou seja, a expressão sintática de uma certa perspectiva está condicionada ao léxico atual da língua considerada: pode depender da existência de formas derivadas que correlacionam predicadores de diferentes categorias gramaticais. Comparemos os exemplos:

- (15) a. O cabeleireiro cortou o cabelo de Paulo com muito capricho.  
b. Foi muito caprichoso o corte de cabelo do Paulo pelo cabeleireiro.
- (16) a. O cabeleireiro aparou o cabelo de Paulo com muito capricho.  
b. Foi muito caprichoso \* o aparar/ o aparamento/ a aparação do cabelo de Paulo pelo cabeleireiro.

Vejamos que não se trata de pontos de vista impossíveis de serem expressados; o falante dispõe de outros recursos da língua para dizê-los:

- (17) Foi muito caprichoso o modo pelo qual o cabeleireiro aparou o cabelo do Paulo.

Fica mais claro, agora, os fundamentos de uma teoria dos papéis temáticos e a compreensão das várias representações sintáticas desse evento. O recorte discursivo que se faz na estrutura do evento e as relações que aí se estabelecem motivam uma determinada seleção de itens lexicais. Esses itens se compõem sintaticamente e ao mesmo tempo constroem o seu sentido mediante relações de predicação. Portanto, diátese e papéis temáticos são noções lingüísticas que dependem, em parte, do

léxico atual disponível. Em Cançado (1995a) e Franchi (1998), assume-se que a existência de certas perspectivas está restrita *crucialmente* pela disponibilidade no léxico atual de itens que expressem a diátese correspondente. Ou seja, um item lexical-predicador contém em sua representação a diátese em que se fixou historicamente para seu uso atual, e que contribui para a estruturação da sentença e para sua interpretação, na medida em que determina um conjunto de argumentos explícitos ou implícitos que *devem* ser realizados em determinadas posições sintáticas. Nesse sentido, o léxico funciona como um “filtro” que limita as instanciações sintáticas possíveis.

Nesse ponto, este artigo distancia um pouco dessa proposta inicial e argumenta que o léxico expressa a diátese de uma grande parte de predicadores. Entretanto, existem certas construções em que a diátese correspondente não está expressa no léxico, mas está expressa no resultado da construção do sentido das expressões: é o caso das construções componenciais (no sentido de Franchi, 1998). Em realidade, o léxico funciona como um catálogo assinalando as possibilidades que foram fixadas pela língua atual, mas que podem ser anuladas a partir dessas construções componenciais. Adotando-se essa perspectiva, assume-se que o léxico tem um papel menos decisivo sobre as possíveis instanciações sintáticas; a princípio, ele funciona como um filtro, mas, em determinados casos, existe a possibilidade de se anular essa função. Com isso, podemos visualizar melhor algumas ocorrências envolvendo os chamados verbos leves.

Franchi (1998), para falar sobre os predicadores complexos, usa as noções de composicionalidade e componencialidade. Temos que a composicionalidade, na língua, é um processo transitivo em que o resultado final depende do sentido específico, ou melhor, da diátese expressa em cada item lexical participante desse processo:

(18) João quebrou o vaso com um martelo.

Somente a partir da diátese de *quebrar*: {*causa, pac*} em composição com a diátese de *com* (*um martelo*): {*inst*}, podemos estabelecer a diátese

do predicador complexo que atribui agentividade a João: se João quebra o vaso com um instrumento e quem usa um instrumento para quebrar alguma coisa tem controle sobre essa ação, então, transitivamente, João tem controle sobre quebrar o vaso. Portanto, para o exemplo em (18), temos a diátese do predicador complexo expressa nos itens lexicais que o compõe. Nesse caso, está correta a afirmação de que um item lexical-predicador contém, em sua representação, a diátese fixada historicamente para seu uso atual, que contribui para a estruturação da sentença e para sua interpretação, na medida em que determina um conjunto de argumentos explícitos ou implícitos que *devem* ser realizados em determinadas posições sintáticas.

Entretanto, em Franchi (1998), não está muito claro como estará expressa no léxico a diátese dos predicadores formados por componencialidade. Para o autor, a componencialidade na língua é o resultado da construção de uma expressão complexa em que não entra exclusivamente as propriedades específicas de cada item lexical. Vejamos os exemplos:

- (19) a. O pai deu livros para a criança.  
 b. O pai deu alegrias ao filho.  
 c. O pai deu umas palmadas no menino.  
 d. O pai deu uma saidinha.  
 e. O pai/o ônibus deu umas voltas.

A representação da diátese do verbo *dar*, inscrita no léxico, seria:

- (20) dar: {Ag, Tema, Ben}

Os acarretamentos associados exclusivamente ao item lexical *dar*, como propõe Dowty (1989), estão representados em (20). Porém, para os exemplos em (19b-e), não podemos mais pensar na diátese específica mostrada em (20), mas em diátesses de predicadores complexos em que entra o item lexical *dar*:

- (21) dar alegrias: {Cau Ind, Exp}
- (22) dar umas palmadas: {Ag, Pac}
- (23) dar uma saidinha: {Ag}
- (24) dar voltas: {Cau Dir}

O processo da construção dos predicadores complexos mostrados acima é o da componencialidade: existe uma construção a partir de dois itens lexicais em que não entra o sentido exclusivo destes. Vemos que *dar alegrias* tem uma diátese distinta de *dar umas palmadas*, *dar umas saidinhas*, etc. Portanto, a diátese desses predicadores complexos não tem sua representação correspondente expressa no léxico. Essas ocorrências causam um problema para a afirmação de que a existência de certas perspectivas está restrita *crucialmente* pela disponibilidade no léxico atual de uma língua. Certamente, não seria desejável assumir que as construções acima são expressões idiomáticas, como, por exemplo, *quebrar a cara*; provavelmente, essas expressões não se achariam listadas no léxico pois são bastante produtivas. Poderíamos, ainda, argumentar que o verbo *dar* é esvaziado semanticamente; como *ter*, por exemplo:

- (25) a. João *tem* dinheiro/casa/... {Possuidor, Possuído}
- b. João *tem* vergonha/medo... {Exp}
- c. João *tem* classe/charme... {Atributo}
- d. A fazenda *tem* bois/ bananas...(sentido existencial)

Mas, como mostra Franchi (1998), esse processo não se limita a verbos leves:

- (26) a. João *preparou* o material para a prova. {Ag, Tema}
- b. O ciclista *preparou* a bicicleta para a prova. {Ag, Res}
- c. João *terminou* o quadro. {Ag, Res}
- d. O ônibus *terminou* o circuito. {Tema, Trajetória}
- e. O ônibus *terminou* no ferro velho. {Pac}

Poderíamos ter uma explicação específica para construções com *dar*, *ter*, por serem ocorrências bem particulares. Entretanto, o que dizer

dos outros verbos? Na tentativa de se fazer uma generalização para o processo componencial na construção do sentido, proponho enfraquecer um pouco a hipótese da atuação do léxico como um filtro lingüístico, e assumir que nesses processos componenciais a diátese derivada das relações de predicação não está expressa no léxico, ou pelo menos, não está inteiramente expressa no léxico, se for possível recuperarmos algum traço comum entre os exemplos mostrados. Com isso, estaremos restringindo a atuação do léxico em processos gramaticais. Levanto essa hipótese como um começo de discussão sobre a atuação real do léxico em uma teoria gramatical. Existem inúmeras questões problemáticas envolvendo esse tipo de construção componencial, principalmente, em estudos sobre os verbos leves, sendo relevante, pois, uma maior reflexão sobre o assunto. Certamente, essa hipótese acarretará conseqüências ainda não analisadas. E, certamente, algumas respostas podem ser dadas dentro de outras perspectivas teóricas. Porém, com este artigo, pretendo que esses problemas, sempre tão discutidos em outros quadros teóricos, possam ser tratados dentro da perspectiva semântica de uma teoria de papéis temáticos incorporada a uma teoria gramatical.

### **3. Conclusão**

Para concluir, desejo argumentar um pouco em favor do modelo aqui apresentado. Adotando-se uma teoria gramatical com uma semântica estruturada, alivia-se em grande parte a sintaxe da língua: não é necessário mais se falar em papéis temáticos nesse componente. Evidentemente, alguns poderiam pensar que, em compensação, aumenta-se um componente na teoria gramatical. Entretanto, temos evidências de que existem certas propriedades semânticas que são relevantes para a estruturação sintática das línguas, e insistir em um modelo onde o conteúdo semântico dos papéis temáticos é levado em consideração não é uma simples questão de gosto. Isso se deve à existência de alguns dados empíricos que corroboram a necessidade para uma teoria gramatical de se distinguir semanticamente esses papéis. Ou seja, se existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo o conteúdo semântico dos papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações, estas devem fazer parte de uma teoria gramatical. Por exemplo, no processo de ergativização:

- (27) a. José quebrou *o vaso de barro*.  
 b. José encheu *o vaso de barro* com terra vegetal.  
 c. José modelou *um vaso de barro*.  
 d. José colocava *o vaso de barro* na estante.
- (28) a. *O vaso de barro* quebrou.  
 b. *O vaso de barro* encheu com terra vegetal.  
 c.\**O vaso de barro* modelou.  
 d.\**O vaso de barro* colocou.

A sintaxe não tem nenhuma explicação para as não-ocorrências em (28c e d). Para Whitaker-Franchi (1989), existem certas restrições semânticas que barram essas frases:

– a ergativização não é possível quando o verbo é necessariamente agentivo;

– a ergativização só ocorre quando o argumento interno é um objeto afetado pelo processo.

Um outro exemplo de que existem restrições de natureza semântica para que certas propriedades sintáticas ocorram é o processo de passivização. Cançado (1995a) lança a hipótese de que para serem aceitas as construções passivas, o papel temático do argumento externo tem que ter um traço de [+controle] ou [+causa direta]. Vejamos que nas frases abaixo, consideradas estativas, em que não há os traços de controle ou causa direta, as passivas não são aceitas:

- (29) a. O fazendeiro tem/possui cem alqueires de terra.  
 b.\*Cem alqueires de terra são tidos/possuídos pelo fazendeiro.

Mas observem que se usarmos os mesmos verbos, porém, para descrevermos eventos que tenham características agentivas, cujo traço de controle estaria presente na posição de argumento externo, a passiva é razoavelmente boa:

- (30) a. Suzana teve seus três filhos em uma cabana.  
b. ?Os três filhos de Suzana foram tidos em uma cabana.
- (31) a. O diabo possuiu o homem totalmente.  
b. O homem foi possuído pelo diabo.

O mesmo caso ocorre nos exemplos abaixo:

- (32) a. João recebeu uma herança.  
b. A herança foi recebida por João.
- (33) a. João recebeu um tapa.  
b. \*O tapa foi recebido por João.

Veja que (32) acarreta o controle de João, ao contrário de (33). Isso pode ser visto pelas ocorrências abaixo, que pressupõem controle por parte dos sujeitos das frases; se não há o controle, a sentença não é boa:

- (34) a. João não vai mais receber a herança; ele a rejeitou.  
b. \*João não vai mais receber um tapa; ele o rejeitou.

Um último exemplo é o dos chamados verbos psicológicos. A literatura diz que ocorre um estranho fenômeno com essa classe de verbos em que os papéis temáticos de experienciador e tema aparecem tanto na posição de sujeito como na posição de objeto; não existe outra classe de verbos transitivos em que ocorra tal fenômeno:

- (35) a. João temia os fantasmas.  
Exp                      Tema
- b. Os fantasmas assustavam João.  
Tema                      Exp

Para Cançado (1995a e b; 1997) a explicação de tal fenômeno é exclusivamente de ordem semântica; adota-se uma descrição semântica mais fina dos papéis temáticos e a existência de uma hierarquia temática

que funciona como um princípio de ligação entre a sintaxe e a semântica. Tendo-se esses pressupostos em mente, podemos dizer que, na realidade, os papéis temáticos que envolvem as frases em (36) a e b são:

- (36) a. João temia os fantasmas.  
           Exp                  Objeto Estativo  
       b. Os fantasmas assustavam João.  
           Causa                  Exp

E, portanto, não existe apenas uma alternância de papéis na estruturação de frases envolvendo verbos psicológicos, mas sim a aplicação de uma hierarquia entre os papéis que organiza a estrutura sintática das orações. De uma maneira bem simplificada, podemos dizer que essa hierarquia estabelece a preferência para a posição de sujeito do experienciador em relação ao objeto estativo, e da causa em relação ao experienciador.

Concluindo, temos que a proposta de uma teoria de papéis temáticos como sendo parte de uma teoria gramatical pode ser vista como uma outra maneira de se focalizar alguns problemas da língua. E, como argumenta Jackendoff (1990), em favor deste tipo de abordagem semântica dentro da gramática, parece desejável se ter vários focos de luz sobre um mesmo ponto, pois quanto mais luz incidir sobre este, melhor será a sua percepção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, M. (1979) Noun Phrase Structure. University of Connecticut. Doctoral Dissertation.
- BAKER, M. (1988) *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago & London: University of Chicago Press.
- BARWISE, J. & J. Perry (1983) *Situations and Attitudes*. Cambridge (MA): MIT Press.
- BELLETTI, A. e L. Rizzi (1988) Psych Verbs and Theta-Theory. *Natural Language and Linguistic Theory* 6: 291-352.

- CANÇADO, M. (1997) Os Psico-Verbos do Português Brasileiro e a Hipótese Inacusativa de B&R: Indícios para uma Proposta Semântica. *DELTA* **13.1**: 119-139.
- \_\_\_\_ (1995a) Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional. Tese de Doutorado. Unicamp.
- \_\_\_\_ (1995b) A Teoria da Proeminência de Grimshaw e os Psico-Verbos do Português Brasileiro. *DELTA*. **11.2**: 279-299.
- CANÇADO, M. & C. Franchi (1999) Exceptional Binding With Psych-Verbs? *Linguistic Inquiry* 30:1: 133-143.
- CHIERCHIA, G. (1984) Topics in the syntax and semantics of infinitives and gerunds. Amherst: University of Massachusetts dissertation. [Published, New York: Garland Press, 1988].
- \_\_\_\_ (1989) Structured Meanings. In: Chierchia, Hall-Partee e Turner (eds): 131-166.
- CHIERQUIA, Partee e Turner (eds.) (1989) *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, **2**: Semantic Issues. Daordrecht: Kluwer.
- CHIERCHIA, G. & McConnell-Ginet (1990) *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_ (1986) *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- CINQUE, G.(1980) On Extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics* **5**: 47-99.
- CULICOVER, P. W. (1988) Autonomy, Predication, and Thematic Relations. In: Wilkins (ed): 37-61. *Thematic Relations- Syntax and Semantics* **21**. New York: Academic Press.
- DI SCIULLO, A. M. & E. Williams (1987) On the Definition of Word. *Linguistic Inquiry Monograph* 14. Cambridge (MA): MIT Press.
- DOWTY, D. R. (1989) On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: Chierquia, Partee e Turner (eds.): 69-129.
- \_\_\_\_ (1991) Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language* **67**: 547-619.

- FILLMORE, C. (1968) The Case for Case. In: E. Bach e R. Harms (eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- FOLEY, W. A. & R. D. Van Valin Junior (1984) *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANCHI, C. (1975) Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1977) Linguagem – Atividade Constitutiva. *Almanaque 5*: 9-27. São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1998) Predicação. Manuscrito. Unicamp.
- FRANCHI, C. e M. Cançado (em prep.). O Estudo das Relações Temáticas (Papéis Temáticos) em uma Semântica Representacional. (manuscritos a serem editados como livro).
- GIORGI, A. & Longobardi (1991) *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985) On Semantics. *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.
- ILARI, R. & C. Franchi (1994) “Piero é andato a farsi tagliare i capelli”: estratégias de detematização nas línguas românicas. Resumos do 1o Congresso Internacional da ABRALIN. Salvador: UFBA.
- JACKENDOFF, R. (1983) *Semantics and Cognition*. Cambridge (MA): MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1987a) *Consciousness and Computational Mind*. Cambridge (MA): MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1987b) The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. *Linguistic Inquiry* 18: 369-411.
- \_\_\_\_\_ (1990) *Semantic Structures*. Cambridge (MA): MIT Press.
- MARANTZ, A. P. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge (MA): MIT Press.
- STOWELL, T. (1981) Origins of Phrase Structure. Tese de Doutorado. MIT.
- TORREGO, E. (1984) On Empty Categories in Nominals. Manuscrito. University of Massachusetts.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. (1989) As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico. Tese de Mestrado. Unicamp.